

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2005.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

CONTRATANTE: Município de **NOVO HORIZONTE**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 95990115/0001-87, com endereço na rua José Fabro, S/N, neste ato representado por seu Prefeito Senhor **ELI MARIOTT**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **RHS – Engenharia, Construção e Consultoria em Engenharia, Higiene e Segurança do Trabalho**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 05.619.768/0001-61, estabelecida à Rua Coronel Bertaso, 1243 – Centro, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC, neste ato representado pelo seu Gerente, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93 com suas atualizações.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Assessoramento Técnico de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho, quanto à elaboração, emissão e assessoria referente a Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho LTCAT, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e o Laudo Ambiental bem como, Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, dos empregos da empresa **CONTRATANTE**.

CLAÚSULA SEGUNDA:

Elaborar anualmente o reconhecimento e a avaliação dos riscos ambientais inerentes a cada atividade laboral desenvolvida na empresa **CONTRATANTE**, com o intuito de identificar aqueles capazes de originar danos à saúde de seus colaboradores em função da natureza do agente, sua concentração ou intensidade e do tempo de exposição, conforme os limites previsto nas normas de segurança e higiene pertinentes.

Consideram-se riscos ambientais aos agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho da empresa, bem como aqueles capazes de caracterizar uma atividade como periculosa de acordo com os critérios fixados na Norma Regulamentadora 16, da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho.

Consideram-se Agentes Físicos: a iluminação, o ruído, o calor, o frio, as radiações ionizantes, as radiações não ionizantes, as pressões anormais, as vibrações e a umidade.

Consideram-se agentes químicos: as substâncias, os compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, pela natureza da atividade e exposição, por contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

OBS: Sempre que a avaliação da concentração do agente químico demandar recursos técnicos ou materiais específicos (exemplo: tubos calorimétricos, análise laboratorial especializada, etc.), estes serão custeados pela empresa interessada.

Consideram-se agentes biológicos: os microorganismos capazes de transmitir doenças oriundas do contato com pacientes, animais ou materiais infecto-contagiantes.

Consideram-se agentes perigosos: os explosivos, os inflamáveis, a eletricidade e as radiações ionizantes.

CLAÚSULA TERCEIRA:

São obrigações da CONTRATADA:

a) Identificar a atividade devido à exposição aos agentes ambientais avaliados, se caracterizam, pelos critérios legais vigentes como insalubres ou perigosas;

b) Orientar a CONTRATANTE no estabelecimento do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais de acordo com as diretrizes fixadas na Norma Regulamentadora 9, da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho, sugerindo ações e procedimentos cabíveis para a implementação de medidas de controle e a serem adotadas pela empresa CONTRATANTE contra riscos ambientais detectados, visando sua redução, neutralização ou eliminação;

c) Orientar a empresa CONTRATANTE sobre a cessação do pagamento dos adicionais de insalubridade ou periculosidade sempre que a implementação das medidas de controle forem suficientes para conservar o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância previstos na legislação pertinente, ou quando, através da utilização dos EPI – Equipamentos de Proteção Individual, o risco ambiental detectado for neutralizado;

d) Orientar a empresa CONTRATANTE, sempre que for consultadas, nos assuntos relativos as diretrizes legais inerentes a segurança saúde e higiene do trabalho, inclusive na organização e funcionamento do CIPA;

e) Entregar os trabalhos relativos aos Laudos Riscos Ambientais – PPRA, condições ambientais de Trabalho – LTCAT, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, no prazo de 15 (quinze) dias após o término da execução dos levantamentos de campo.

CLAÚSULA QUARTA:

Pela realização destes serviços a CONTRATANTE obriga-se:

a) responsabiliza-se pela execução do programa, cabendo a obrigação de zelar para que todas as orientações repassadas pela CONTRATADA sejam fielmente cumpridas, não se podendo imputar, pois, a esta, qualquer responsabilidade, quer na esfera civil, quer na esfera penal, trabalhista e/ou previdenciária, por eventuais acidentes e/ou danos à saúde de seus colaboradores, ocorridos pela inobservância das normas e orientações emanadas da CONTRATADA;

b) colocar seus funcionários a disposição para realizar as avaliações dos riscos ambientais inerentes a cada atividade laboral desenvolvida na empresa;

c) fornecer mensalmente a CONTRATADA, em relatórios o número de funcionários ativos do quadro funcional e quaisquer ocorrências que possam surgir (inclusões e exclusões de funcionários), em especial durante o período de experiência do funcionário;

d) Em caso de rescisão contratual o valor total do trabalho, projeto para o período de 12 (doze) meses será composto e repassado a CONTRATANTE em sua totalidade, deduzidas as parcelas já quitadas. Os compromissos assumidos pelas partes, neste CONTRATO, serão mantidos por prazo indeterminado, iniciando a partir da celebração deste instrumento e podendo ser rescindido por qualquer uma das partes a qualquer tempo ou pelo não cumprimento do contrato, mediante comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

e) Não emerge deste contrato, qualquer vinculação trabalhista, previdenciária, tributária ou infortunistica entre o pessoal da CONTRATANTE e o da CONTRATADA. As alterações

deste contrato somente terão validade se efetuadas por escrito e assinadas por ambas as partes. Os casos omissões e não regulados pelo presente contrato, serão resolvidos pelas partes nos termos da lei.

CLAÚSULA QUINTA:

Para a realização dos serviços indicados no caput retro fica acertado o valor mensal de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**.

A CONTRATADA entregará a CONTRATANTE, um boleto bancário com as parcelas a serem pagas mensalmente via banco, após o início dos trabalhos.

CLAÚSULA SEXTA:

Fica eleito o Foro de São Lourenço do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas originárias do presente instrumento.

E por ser assim terem justos e contratados, datam, assinam o presente contrato em quatro vias de igual teor e forma.

Novo Horizonte/ SC, em 16 de Fevereiro de 2005.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

RHS ENGENHARIA EM CONTRUÇÕES
SEGURANÇA-HIGIENE-SAÚDE DO TRABALHO
Contratada

Testemunhas: 1) _____ 2) _____